

DOSSIÊ

A Integração Sul-Americana em
Tempos de Cólera: Haverá Futuro
para o Mercosul?

Roberto Rodolfo Georg Uebel¹

João Pedro Portela²

A POLÍTICA EXTERNA E A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA:
O AVANÇO BRASILEIRO SOBRE O
ATLÂNTICO SUL NO SÉCULO XXI

FOREIGN POLICY AND THE NATIONAL DEFENSE POLICY: THE BRAZILIAN
INSERTION IN THE SOUTH ATLANTIC OCEAN
IN THE TWENTY-FIRST CENTURY

RESUMO:

Neste breve século XXI, a partir da Política Nacional de Defesa (PND) de 2005, o Atlântico Sul passou a ser definido como um dos entornos estratégicos brasileiros. Em 2004, o Brasil pediu a ampliação da sua plataforma continental junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU. Ao mesmo tempo, a Política Externa brasileira se tornou mais atuante na outra margem do Atlântico e buscou garantir a estabilidade regional na América do Sul. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo investigar a relação entre a projeção brasileira sobre o Atlântico Sul e o papel da política externa neste século XXI, período de maior avanço sobre a porção insular do Atlântico. Este artigo lançará mão sobre uma base bibliográfica e documental, com fontes secundárias e primárias, especialmente, arquivos nacionais.

Palavras-chave: Atlântico Sul; Política Externa; Política Nacional de Defesa; Amazônia Azul.

ABSTRACT:

In this brief twenty-first century, from the Brazil Defence Policy of 2005, the South Atlantic Ocean became one of its strategic environments. Before de PND 2005, Brazil requested for the expansion of its continental shelf along with the Commission on the Limits of the Continental Shelf from United Nations (CLCS). At the same time, Brazil's Foreign Policy has become more active on the other side of the South Atlantic and sought to guarantee regional stability in South America. Thus, this article aims to investigate the relationship between the Brazil's projection over the South Atlantic and the role of its foreign policy in this twenty-first century, a period of major insertion over the South portion of the Atlantic Ocean. This article will use a bibliographic and documentary base, with secondary and primary sources, especially national archives.

Keywords: South Atlantic; Brazil's Foreign Policy; Brazil Defence Policy; Blue Amazon.

INTRODUÇÃO

Neste breve século XXI, presenciamos uma transformação de um sistema internacional unimultipolar (HUNTINGTON, 1999), para um sistema multipolar onde há uma maior dinâmica entre Estados. Como corolário desta mudança, países emergentes e em desenvolvimento passaram a ter maior presença no cenário

internacional, modificando as dinâmicas geopolíticas e geoconômicas que anteriormente se restringiam ao Hemisfério Norte. Embora o Sul Global tenha participado de disputas no contexto de Guerra Fria, as potências centrais tinham interesse somente neocolonial e de buscar apoio aos blocos capitalista ou comunista. Todavia, neste novo século, observamos novas disputas entre potências tradicionais no Sul Global pelas

¹ Professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). Senior fellow do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). robertouebel@hotmail.com.  <http://orcid.org/0000-0002-4520-9460>

² Bacharel em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA).

possibilidades de exploração de recursos escassos, e, o Atlântico Sul, está inserido neste novo contexto.

A porção Sul do Oceano Atlântico tem o Brasil como país de maior costa, todavia, um país que tardiamente desenvolveu uma política sul-atlântica. Somente em 2005, a partir da Política Nacional de Defesa, o Brasil definiu a sua fronteira leste como entorno estratégico e, desde então, houve diversas estratégias associadas ao *hard power*, mas, principalmente, ao *soft power* devido as características da política externa nacional. Conforme destacado pela Marinha do Brasil: “O Brasil estendeu ao mar as mesmas características de atuação [da política] externa brasileira” (2013, p. 170). Desta forma, a busca pela solução pacífica de controvérsias, a universalidade, o apoio as instituições internacionais e ao multilateralismo, a busca pela cooperação Sul-Sul e o bom relacionamento com a América do Sul e a África permeiam as estratégias destinadas ao Atlântico Sul.

Ainda que o avanço brasileiro sobre o Atlântico Sul seja por meio da sua política externa, a Política Nacional de Defesa (PND), junto ao Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a Estratégia de Defesa Nacional (EDN), é o documento de mais alto nível em questões de defesa nacional (BRASIL, 2016a). Todavia, conforme ainda os documentos de defesa, há uma relação indissociável entre a política externa e a política de defesa. Para tanto, é fundamental utilizar a política externa como instrumento de análise para a política de defesa e, em especial, para análise da projeção sobre o Atlântico Sul.

Tendo em vista os avanços brasileiros sobre o Atlântico Sul e uma maior atenção dada pelos documentos de defesa nacional à região, este artigo se propõe a discutir, a partir da perspectiva da política externa nacional e seus princípios, o avanço brasileiro sobre o Atlântico Sul neste breve século XXI. Amparado por uma busca bibliográfica

e documental, este artigo explorou diversos documentos nacionais e artigos, mas, devido a brevidade dos fenômenos que são aqui abordados, muitas fontes jornalísticas idôneas foram utilizadas. Este artigo está dividido em duas seções: na primeira seção, foi abordado avanço brasileiro sobre o Atlântico Sul nos mandatos de Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer; posteriormente, foram analisados os desdobramentos do atual presidente da república e, logo após, a conclusão do artigo.

O AVANÇO DEFENSIVO BRASILEIRO SOBRE O ATLÂNTICO SUL: O PAPEL DA POLÍTICA EXTERNA NO SÉCULO XXI

O novo milênio trouxe consigo diversas mudanças no ordenamento do sistema internacional, inaugurando um sistema multilateral do qual emergiam novos atores que não faziam parte do Norte Global. Assim, espaços antes não observados pelas potências tradicionais passassem a ter maior atenção devido ao surgimento de potências emergentes capazes de influenciar a política internacional. Dentre este espaço está o Atlântico Sul, entorno estratégico brasileiro.

O Brasil, desta forma, realizou uma leitura rigorosa desta nova configuração e adaptou sua política externa para conseguir destacar-se no sistema que surgia. A política externa ativa e altiva tinha como objetivo projetar o Brasil regionalmente e globalmente a partir do discurso de diminuição das assimetrias entre os países e a defesa do multilateralismo como instrumento para tanto (VISENTINI, 2011). A defesa doméstica do Brasil dependia desta mudança, conforme Amorim: “A necessidade de reforço de nossas capacidades na área de Defesa decorre de uma série de circunstâncias, entre as quais se destaca o

² Existe na literatura uma divergência teórico-conceitual a respeito da identificação das formas através das quais sociedade e Estado se relacionam com a religião. Este texto dialoga com uma gama de correntes e, portanto, estes diferentes termos aparecem mencionados ao longo das sessões: secularização (enquanto objeto de diversas perspectivas); secularidade e laicidade e, por fim, secularismo e laicismo. Para saber mais sobre este debate, ver: ASAD, 2003; BAUBEROT, 2013 e CASANOVA, 2011.

processo de desconcentração do poder mundial” (AMORIM, 2012, p. 3).

Assim sendo, da mesma forma em que Lula da Silva formulou políticas de diminuição das diferenças sociais e econômicas existentes no Brasil para mostrar ao mundo que estas políticas estavam relacionadas a sua política externa de combate as assimetrias, o desenvolvimento de uma política de defesa mais ativa e com maior efeito dissuasório também era um instrumento para ressaltar o objetivo da política externa do período diante os países emergentes. A atuação em órgãos internacionais, a integração sul-americana e a cooperação Sul-Sul, principais realizações da política externa do governo Lula, repercutiram na Política Nacional de Defesa (PND).

Embora eleito em 2002, o governo Lula da Silva promulgará a sua primeira Política Nacional de Defesa somente em 2005. Entretanto, os processos iniciais para defesa nacional já podiam ser identificados antes do estabelecimento da PND de 2005. Já em 2003, primeiro ano do presidente Lula da Silva, mudanças ligadas a defesa nacional e a presença do Brasil no Atlântico Sul são iniciadas, o que vem a demonstrar a grande atenção que o entorno estratégico receberia, talvez como uma forma de recuperar o atraso da visão nacional sobre a importância de atuar no Atlântico Sul.

Em dezembro de 2003, Dilma Rousseff, enquanto ministra de minas e energia, lançou o projeto PROMINP (PIRES; GOMIDE; AMARAL, 2014). O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Gás e Petróleo não só ampliaria a capacidade de exploração pelo Petrobrás, mas também retomaria a indústria naval com o objetivo de trazer a autonomia no transporte e comércio marítimo. Com efeito, este programa aumentaria a participação e atuação do Brasil na Amazônia Azul. Posteriormente, em 2007, o setor de construção naval seria inserido no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). A Amazônia Azul também foi um projeto anterior a PND de 2005, mas extremamente eficiente para aumentar a presença do Brasil no Atlântico Sul e a importância da região. Desde 2004, as águas jurisdicionais brasileiras receberem a denominação de Amazônia

Azul, um paralelo a Amazônia para tratar das riquezas localizadas no espaço oceânico que costeia o Brasil. No mesmo ano, o Estado brasileiro pleiteou na Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU a extensão do seu espaço marítimo para uma área que é assegurada como soberania brasileira.

Diferentemente da PDN de 1996, A PND de 2005 no seu preâmbulo esclarece que a política de defesa tem clara orientação por meio da política externa, convergindo com as intenções do governo:

A Política de Defesa Nacional, tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País, a qual se fundamenta na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacionais (BRASIL, 2005, p. 1).

Desde a PDN de 1996, o Brasil sempre se preocupou com o contexto internacional para a formulação da sua política de defesa, entretanto, embora ainda preocupada com o que acontecia no mundo, a Política Nacional de Defesa de 2005 começou a ganhar uma nova concepção ao definir a política externa brasileira como ferramenta para a política de defesa. Assim como na política externa, a cooperação também integra a Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2005). Para tanto, é delimitado o espaço estratégico brasileiro que a cooperação deve ser fortalecida para alcançar os objetivos da PND:

O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África (BRASIL, 2005, p. 2).

Justamente os espaços que o Brasil mais se

inseriu no governo Lula e receberam maior atenção na sua política externa, foram tratados como entorno estratégico brasileiro, embora a PND de 2005 manteve a mesma diretriz da PDN de 1996, isto é, participar dos processos de decisão da região. As iniciativas de cooperação que o Brasil impulsionou ao longo do século XX e XXI com o subcontinente sul-americano e a África contribuíram para criar no entorno estratégico brasileiro uma zona pacífica contra ameaças de países externos aos continentes do Atlântico Sul ou de grupos não-estatais. Dessa forma, o ponto 3.4 da PND 2005 realça a forma que o Brasil buscou a segurança nacional:

A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região onde está inserido. Assim, é desejável que ocorram: o consenso; a harmonia política; e a convergência de ações entre os países vizinhos, visando lograr a redução da criminalidade transnacional, na busca de melhores condições para o desenvolvimento econômico e social que tornarão a região mais coesa e mais forte (BRASIL, 2005, p. 3).

Ainda que o Brasil seja conhecido pela sua diplomacia e a busca por soluções pacíficas em conflitos, a capacidade militar não deve ser abandonada. Conforme o diplomata e ex-ministro Celso Amorim (2012), entre democracia e defesa não há contradição, e um país pacífico como o Brasil não deve ser confundido como um país indefeso. A opção pelo efeito dissuasório denota que, mesmo diante da utilização da capacidade militar, o Brasil apresenta uma linha de defesa baseada ainda na diplomacia pacífica e busca manter a região, tanto o Atlântico Sul quanto a parte continental, estável. Era necessário adequar a defesa nacional para as aspirações políticas do Brasil e, para isso, o ponto 6.9 versa o seguinte:

O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de

tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa (BRASIL, 2005, p. 7).

O Brasil já havia desenvolvido alguns objetivos que sinalizavam para a tentativa de manutenção do seu entorno estratégico a partir do aprimoramento da defesa brasileira. No mesmo ano o Brasil, além de instaurar o Conselho de Defesa Sul-americano, também começou as tratativas para a aquisição e transferência de tecnologia do submarino de propulsão normal e nuclear (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008) e o ano de 2008 configura a relação com a África como parceria estratégica (MILHORANCE, 2013).

Ao buscar a cooperação Sul-Sul e o fortalecimento do Multilateralismo, blocos como a Zopacas e a CPLP foram fortalecidos durante o período Lula, intensificando a relação brasileira com o continente africano que foi estagnada nos anos 1990 (GUIMARÃES, 2015). O Brasil firmou diversos acordos bilaterais no setor de defesa com os países da África Atlântica – foram esses África do Sul, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Namíbia, Nigéria, Senegal, Angola e Guiné Equatorial) – e Moçambique (membro da CPLP), além da Petrobrás ter direito de explorar diversos campos de petróleo do Golfo da Guiné, o que faz o Brasil contribuir mais ainda no setor de defesa com os países desta região (GUIMARÃES, 2015).

Logo, antes da END, o Brasil já encaminhava a garantia do controle e avanço pacífico sobre os espaços que considerava como seu entorno estratégico com o seu poder brando (*soft power*), entretanto, conforme afirma Amorim (2011), somente o poder brando – que pode ser exercido pela cooperação e diplomacia pacífica – não é suficiente para garantir a defesa da soberania: é necessário também o desenvolvimento do *hard power* (poder robusto).

A política externa de Dilma Rousseff não se distanciou da política formulada pelo seu antecessor, entretanto, podemos defini-la como uma política “menos do mesmo”. O Estado Logístico, paradigma essencial para o sucesso da política externa Lula/Amorim, torna-se ineficiente

no governo Dilma, uma vez que a demanda por capacitação tecnológica exigida pelos empresários brasileiros não foi suprida, e, portanto, não elevava o Brasil a competir no mercado global (CERVO; LESSA, 2014). Todavia, segundo Saraiva: “Os cenários internacional e nacional enfrentados pelo governo de Dilma Rousseff foram mais áridos que os que enfrentou o governo anterior” (SARAIVA, 2014, p.25-26). Logo, a lógica de culpabilizar exclusivamente o poder executivo pela crise política e econômica brasileira no segundo decênio é superficial, pois ignora as questões internacionais e domésticas do período.

O enfraquecimento do Brasil no cenário internacional e do governo Dilma Rousseff, internamente, pode ser observado conforme Svartman e Silva (2016), os quais apontam duas questões essenciais: 1) crise política; e 2) enxugamento da diplomacia brasileira. Este conjunto impactou o amplo diálogo com agentes não-estatais importantes para a dinâmica de desenvolvimento do Estado. Desta forma, o Brasil começou a ter retração do PIB, maior dependência de commodities, perda do prestígio pelo empresário nacional e estrangeiro e queda nas exportações (CERVO; LESSA, 2014). Além das questões domésticas, internacionalmente se formava a crise do multilateralismo, corolário da crise de 2008 e das dificuldades migratórias e civis a partir da primavera árabe, com o surgimento do grupo terrorista ISIS.

O que se observou foi que Dilma priorizou a política doméstica e não a relacionou com a política externa, por não conseguir formular estratégias que adaptassem ao novo decênio que se iniciava. Conforme Visentini:

Os setores de defesa externa, de segurança interna e de inteligência (que possuem importante interface com a diplomacia) têm sido negligenciados, inclusive pelo governo atual [...]. Assim, o governo de Dilma Rousseff demonstra relativa descontinuidade em relação ao de Lula. Sua diplomacia evidencia sinais de retrocesso (VISENTINI, 2013, p.12).

Ainda que o governo Dilma Rousseff tenha tido uma atuação completamente inesperada do

governo anterior, os documentos sobre a política de defesa mantiveram-se iguais. Inclusive, houve uma melhora na diversificação dos documentos e na publicação dos mesmos, sendo a PND e END lançados no mesmo ano (2012), e a inclusão de um novo documento, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

De modo geral, os documentos nacionais de defesa sofreram poucas alterações dos elaborados no período Lula, porém, com a experiência do governo anterior, a PND de 2012 já observa a relação intrínseca da defesa, do desenvolvimento nacional e da inserção internacional do Brasil. Assim, a estratégia de monitoramento como o SisGAAz (que será lançado em 2024), o avanço defensivo do Brasil com a aquisição dos submarinos de propulsão normal e nuclear e, em 2011, a compra e transferência de tecnologia dos caças suecos Gripen, e a sua política externa que era, até então, ativa e altiva, são essenciais para entender a busca pelo controle do seu entorno estratégico. Segundo o documento:

Esta Política pressupõe que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento, fornecendo-lhe o indispensável escudo. A intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais associam-se ao modelo de defesa proposto nos termos expostos a seguir (BRASIL, 2012, p.1).

Sob esta perspectiva, há relevância na ocupação do cargo de ministro da defesa pelo ex-ministro das relações exteriores. O multilateralismo, a cooperação Sul-Sul, integração sul-americana, relações maduras com o Norte Global e o universalismo ainda seriam instrumentos do MRE que seriam apropriados para o avanço da política de defesa no período Dilma.

Um avanço importante no PND do período Dilma é sobre a ampliação do conceito de segurança para o campo político, econômico, científico e ambiental, trazendo uma perspectiva da Escola de Copenhague. Assim, a PND 2012 avança sobre o risco de disputas por recursos escassos:

Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce, de alimentos e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados, configurando quadros de conflito. Por outro lado, o aprofundamento da interdependência dificulta a precisa delimitação dos ambientes externo e interno (BRASIL, 2012, p. 3).

O ponto 3.4 do mesmo documento ainda segue sobre a segurança de recursos e meio ambiente:

A questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional (BRASIL, 2012, p. 3).

Tratar a segurança de recursos deve ser uma questão fundamental ao Brasil devido à dimensão da Amazônia Azul e os recursos ali vislumbrados, uma vez que, conforme a Marinha do Brasil (2013), o país prospecta mais de 80% do seu petróleo nesta região e ainda é um espaço rico em diversos minerais essenciais para a indústria. A vertente econômica e ambiental da Amazônia Azul são diretrizes para uma exploração racional da região marítima sem afetá-la ambientalmente.

Está visão securitária por recursos e a preocupação ambiental são questões que surgiram no ambiente internacional nos anos 2000, e, no mesmo ano do lançamento da PND, END e LBDN foram realizados os encontros do Rio+20 na busca de fortalecimento do multilateralismo pela sustentabilidade. PND, dessa forma, demonstra não somente atender as aspirações brasileiras para defesa, mas também acompanhar as pautas da política internacional para se adaptar com o cenário externo.

Neste cenário de instabilidade, políticas para o Atlântico Sul permaneceram quase estáticas, com importantes projetos, como o PROSUB, o qual foi suspenso devido à corte de gastos (EBC, 2016). Com a suspensão, o prazo estabelecido para entrega foi alterado e, como consequência final, políticas de defesa que foram desenvolvidas sob o prazo inicial devem sofrer reformulações. Somente no ano de 2016, ao ser instaurado o processo de impeachment em abril, o novo governo interino pode equilibrar a política interna e externa e a retomada de projetos como PROSUB.

A partir do impeachment de Dilma Rousseff e a posse do Michel Temer, houve uma busca pela estabilidade política e a retomada da atuação da política externa sem romper com os princípios fundamentais. Todavia, ocorreu uma reorientação de parcerias no Governo Temer, diminuindo a atuação Sul-Sul, como a predileção em afastar a Venezuela do Mercosul agravando a instabilidade regional que se iniciava na metade do decênio, e voltando-se para a relação Norte-Sul, com objetivo de buscar parceiros econômicos tradicionais e membros da OCDE (SILVA, 2019). Embora o governo Temer tenha realizado mudanças na política externa brasileira que vinha sendo praticada neste século, com o objetivo de desideologizar e torná-la economicamente pragmática, as diretrizes da Política Nacional de Defesa não sofreram alterações estruturais.

De um modo geral, os objetivos e as diretrizes destinadas a defesa e segurança nacional adequaram-se as ações da política externa que foi aplicada no governo Temer, por exemplo, a inclusão da América do Norte e Europa, espaços afastados do território brasileiro, como áreas de interesse (): “[...] em função das tradicionais relações, a América do Norte e a Europa também constituem áreas de interesse” (BRASIL, 2016a, p. 7).

Os avanços sobre o Atlântico Sul, durante a gestão Temer, não se deram por meio da política

³ Para mais sobre as particularidades na relação entre Estado e religião ao redor do mundo, especialmente no que tange à liberdade religiosa, espírito democrático entre fiéis, controle religioso por parte do Estado e à participação de autoridades religiosas no aparato institucional do Estado, ver: Fox (2008) e Stepan (2011).

externa, mas internamente, com o aumento de investimento nos setores referentes à Marinha do Brasil e o aumento do orçamento no Ministério da Defesa. Ainda que adaptada para política exterior do governo Temer, a inclusão de países do Norte como área de interesse na PND 2016, a falta de relacionamento no setor de defesa com países da África, a extinção da UNASUL, a falta de capacidade em solucionar de forma pacífica a crise política da Venezuela e a opção pelo bilateralismo não dialogam com a criação de estabilidade regional no entorno estratégico brasileiro.

Além do lançamento de um dos primeiros novos submarinos brasileiro, submarino Riachuelo, no final do seu mandato (PODER NAVAL, 2018), o orçamento da defesa naval, da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul é uma empresa pública responsável por desenvolver o programa nuclear brasileiro), da Itaguaí construções navais (empresa brasileira pública responsável pela construção dos submarinos, inclusive o de propulsão nuclear) e da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) aumentaram (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2021). O quadro 1 (anexo) demonstra a evolução do orçamento.

Outra mudança importante no avanço do Brasil sobre seu entorno estratégico do Atlântico Sul é o aumento do orçamento da defesa naval em relação à defesa aérea, segundo o gráfico 1 (anexo). Esta mudança demonstra o empenho em desenvolver as ações da PND 2016 de avanço brasileiro sobre as áreas prioritárias a partir dos projetos como PROSUB, Itaguaí, Amazul e Emgeprom. Junto ao aumento da defesa naval, o orçamento da defesa aumentou de modo geral, sendo 1,34% do PIB em 2016 e passando para 1,51% em 2018 (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2021).

DESDOBRAMENTOS DO CENÁRIO BRASILEIRO ATUAL

O governo Jair Bolsonaro (2019-presente) ainda apresenta dificuldades em elevar a Política Externa diante os problemas domésticos que o Brasil passou a enfrentar nesta década. Embora

criado uma atmosfera nacional mais estável, o presidente da República junto com seus ministros não conseguiu demonstrar grandes índices de credibilidade para o ambiente internacional (BBC, 2019; DW, 2019), enquanto nacionalmente diminui a cada mês o índice de aprovação do governo (EXAME, 2021).

A repercussão internacional da política externa brasileira se deve ao “Novo Itamaraty”, definido no plano de governo de Bolsonaro que, sob a chancelaria de Ernesto Araújo, sofreu uma grande radicalização nas ações externas brasileiras e na formação dos futuros diplomatas brasileiros (FREIXO, 2019). A busca na desideologização, tornou a política externa bolsonarista ideologizada e menos pragmática em um mundo cujo destino deve ser estudado, segundo o ministro Ernesto Araújo (2018): “não só do ponto de vista da geopolítica, mas também de uma “teopolítica”” (p. 354). Ainda neste mesmo artigo, o ministro argumenta que o Brasil tem a sua essência no Ocidente, embora o Itamaraty tentasse afastá-lo deste bloco, e deve fazer parte desta região (ARAÚJO, 2018). Por fim, o artigo ainda prega a figura de Trump como salvador da cultura Ocidental (ARAÚJO, 2018, p. 355): “Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação – inclusive e talvez principalmente a nação americana [...] somente Trump pode ainda salvar o Ocidente”.

A campanha presidencial Bolsonaro havia deixado claro a guinada aos Estados Unidos, inclusive estabeleceu como objetivo acompanhar o a ação estadunidense de encaminhar a transferência de embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, um sinal de grande alinhamento aos Estados Unidos (VIDIGAL, 2019). Assim que recebeu a faixa de presidente da República, Jair Bolsonaro foi um dos presidentes brasileiros que mais cedo visitou Israel e, ao não visitar conjuntamente a Palestina, rompeu com a ideia do tratamento não diferencial que o Brasil praticava no caso Israel versus Palestina. A posição equidistante que o Brasil tinha no Oriente Médio aos poucos está se perdendo, mesmo com o recuo de transferir a embaixada brasileira para

Jerusalém, pois enquanto visitava o Oriente Próximo, Bolsonaro somente visitou Estados aliados dos Estados Unidos – Emirado dos Árabes, Arábia Saudita e Catar (ITAMARATY, 2021).

Ainda sem visitar o continente africano, Bolsonaro, durante o ano de 2019, pouca menção fez ao continente do outro lado do Atlântico Sul. Entretanto, seu ministro no final do ano realizou quatro visitas em países importantes para política do Atlântico Sul: Cabo Verde, Nigéria, Senegal e Angola (ITAMARATY, 2021). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa também foi reforçada pelo novo governo brasileiro. O ministro, em seu discurso, afirmou:

O governo do presidente Jair Bolsonaro encontra-se empenhado em conferir novo impulso à CPLP, que, posso assegurar, terá prioridade na agenda diplomática do Brasil. Ele será um foro de tamanha importância dentro dos eixos da nossa política externa, tanto da abertura econômica quanto da promoção da democracia e dos nossos valores (ARAÚJO, 2020).

Embora o governo classifique como prioritário esta relação, as embaixadas brasileiras de Libéria e Serra Leoa, países – membros da Zopacas, tiveram suas atividades encerradas (POLÍTICA LIVRE, 2020). Além da perda da representatividade política brasileira no golfo da Guiné, importante região do Atlântico Sul com grande problema de pirataria, o Brasil também diminuiu sua possibilidade de participar do grupo G7 + Amigos do Golfo da Guiné – grupo de países do G7 e da região do golfo da Guiné que discutem políticas de segurança para instabilidade da região – ao diminuir sua relação comercial com países da costa atlântica africana (MDIC 2021), não ter ainda visitado nenhum país do continente africano, conter a diplomacia brasileira na região e encerrar as atividades da Petrobrás nos campos de exploração da Nigéria (INEEP, 2020).

Se observarmos a abordagem de Bolsonaro/Araújo para o continente africano, é

possível identificar a mesma forma de prioridade com que Collor e FHC destinavam ao continente, portanto, uma diplomacia pautada na aproximação cultural e identitária³ com o continente. Isto é possível observar pelo discurso do ministro no ministério das Relações Exteriores de Angola:

[...] o povo brasileiro possui uma identidade africana profunda, que é absolutamente fundamental, fundacional, constitutiva da nossa personalidade coletiva. Não apenas no DNA, mas na maneira de falar, de sentir, de vestir, de andar e de cantar, de toda nossa cultura. Assim, no caminho da recuperação de si mesmo, o povo brasileiro se volta também para a África (ARAÚJO, 2019).

Em relação à política externa hemisférica, Bolsonaro/Araújo realizaram diversas ações que criaram instabilidade regional e seguiram o alinhamento aos Estados Unidos de Trump, principalmente pela abordagem globalista do chanceler Ernesto Araújo. Todavia, com a vitória de Biden houve uma reação brasileira ao novo presidente, mas que, a partir da posse, há uma tendência de criar bons ofícios com o novo presidente dos Estados Unidos para evitar o isolamento brasileiro. Além das investidas do presidente Bolsonaro e do ministro Ernesto Araújo contra a Venezuela, o Brasil votou a favor do embargo de Cuba na Assembleia Geral da ONU, alterando uma tradição diplomática de contrariedade ao embargo desde 1992 (G1, 2019a). Somente Brasil, Israel e Estados Unidos votaram pela continuidade do embargo.

Em relação ao Mercosul – bloco sem prioridade, segundo o ministro da fazenda, Paulo Guedes (G1, 2019b) –, o bloco encontrava-se estável até as eleições argentinas confirmarem a vitória da chapa Fernández-Kirchner, o qual desagradou a Bolsonaro, que fez inúmeras retóricas sobre o futuro governo argentino, podendo afetar o diálogo dos dois principais países do Mercosul e da América do Sul (BBC, 2020).

³ Para Saraiva (2012) o discurso culturalista, mais associado a governos do regime militar, mas também Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, e, mais recentemente, Temer e Bolsonaro, é uma abordagem infrutífera, a qual não busca expandir o intercâmbio político entre e que beneficia uma relação ganha-ganha.

Ademais, o governo Bolsonaro também marcou a saída completa do Brasil da UNASUL e sua admissão ao Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), substituindo o anterior. Entretanto, o PROSUL excluiu a Venezuela e não conta com países como Bolívia e Uruguai, portanto, qualquer controvérsia que surgir na América do Sul com países fora do mecanismo, dificilmente o bloco terá espaço de manobra para procurar uma solução pacífica da forma que a UNASUL fazia ao incluir todos os países da América do Sul.

O multilateralismo, marco importante na diplomacia brasileira para projeção e inserção internacional do Brasil, também passou a ser contestado na política externa Bolsonaro/Araújo. O ministro das Relações Exteriores observa o multilateralismo como uma imposição de regras que retira espaço da soberania nacional e a capacidade de atuação brasileira. Segundo seu discurso de posse: “Nós vínhamos nos comportando como se o Brasil fosse um país genérico, como se não fizesse diferença essa nossa identidade, como se nós tivéssemos que atuar simplesmente a partir de paradigmas externos” (ARAÚJO, 2019). Conforme Onuf (et al, 1998), o discurso expressa nossos objetivos e intenções, e, de fato, o Brasil adotou uma postura antimultilateralista, inclusive se retirando do Pacto Global sobre Migração (G1, 2019c).

A nova PND que será promulgada pelo governo Bolsonaro já foi encaminhada para o congresso no ano de 2020. Embora ela apresente ainda o vínculo com a Política Externa Nacional nos seus fundamentos, nas concepções de política de defesa houve uma inversão em relação a PND 2016. Tradicionalmente as concepções iniciavam abordando princípios externos e posteriormente tratavam de intenções nacionais. Porém, conforme o quadro 2 (anexo), um comparativo das concepções da PND 2012, 2016 e 2020, podemos observar que houve alteração neste princípio.

A partir do resumo das concepções é possível observar que a Política Nacional de Defesa apresentada por Bolsonaro sofreu alterações estruturais da política Nacional de Defesa de 2016,

elaborada ainda no Governo Dilma e promulgada no governo Temer. Em grande medida, a PND 2020 acompanha o insulamento que a Política Externa Araújo/Bolsonaro vem estabelecendo ao afastar-se dos princípios basilares da política externa nacional. Desta forma, a nova política de defesa se apresenta com um caráter mais nacionalista, preocupada com os objetivos brasileiros, rompendo com a forma multilateral na qual se baseavam as políticas de defesa anteriores, afastando a análise do cenário internacional como fundamento para manutenção da política de defesa.

CONCLUSÃO

Embora os estudos sobre a projeção brasileira sobre o Atlântico Sul tenham se desenvolvido tardiamente, e neste sentido se destacam os estudos pioneiros da geógrafa brasileira Therezinha de Castro nos anos 1950, no novo século, o Brasil, apoiado em grande medida na sua matriz da Política Externa, desenvolveu uma série de ações destinadas a projeção e a segurança do Atlântico Sul e resgatou mecanismos que foram esquecidos nos anos 1990 como a Zopacas.

Além da evolução da Política Nacional de Defesa e dos novos documentos como a END e LBDN, o amparo nos organismos internacionais para ampliação da plataforma continental brasileira, a ampliação de relações econômicas, políticas, sociais e militares com os países africanos, em especial da costa atlântica, novos programas como o Prominp, o qual resgatou a indústria naval brasileira e o intercâmbio comercial e de transferência de tecnologia como na aquisição dos submarinos franceses e dos caças suecos e programas de monitoramento da Amazônia Azul contribuíram para que o Brasil avançasse no desenvolvimento e estratégias de uma política Sul-Atlântica. Como país de maior costa da região, cujo principal modal é o marítimo, responsável por 95% do comércio brasileiro (CNI, 2020), e o país com melhores índices da região, conforme destaca Amorim:

O entorno geopolítico imediato do Brasil é constituído pela América do Sul e pelo Atlântico Sul, chegando à costa ocidental da África. Devemos construir com essas regiões um verdadeiro “cinturão de boa vontade”, que garanta a nossa segurança e nos permita prosseguir sem embaraços no caminho do desenvolvimento (AMORIM, 2012, p.727).

Entretanto, com as instabilidades internas iniciadas pela contestação da eleição da presidente Dilma Rousseff, a PEB teve que ser contida, afetando diretamente a política Sul-Atlântica que o Brasil estava desenvolvendo. Conforme a Marinha do Brasil: “O Brasil estendeu ao mar as mesmas características de atuação [da política] externa brasileira” (BRASIL, 2013, p. 170).

Ainda que Michel Temer tenha conseguido estabilidade no seu governo e dado continuidade a programas essenciais para o avanço brasileiro sobre o Atlântico Sul, sua política externa não foi desenvolvida nas mesmas linhas que o governo Dilma buscou desenvolver, mesmo pertencendo a mesma chapa eleitoral. Já Bolsonaro, ao abordar a Política Nacional de Defesa a partir de fundamentos e concepções domésticas e não pela abordagem da Política Externa, a projeção brasileira sobre o Atlântico Sul foi desacelerada.

Neste sentido, Bolsonaro/Araújo, ao romperem com os princípios tradicionais da política externa nacional impactam diretamente no controle e a estabilidade regional brasileira sobre o Atlântico Sul, inclusive dando prioridade a presença de potências externas a região, como Estados Unidos, para contrabalancear a projeção chinesa. Restando dois anos do atual governo, observamos mudanças não somente do ministro das Relações Exteriores e de Defesa, mas também a inédita saída voluntária dos três comandantes das forças armadas brasileiras.

As mudanças na Defesa são apontadas como uma tentativa do atual governo manter uma base militar aliada mais sólida (G1, 2021). Já a troca de chancelaria foi devido à pressão do Congresso pela troca uma vez que Araújo atuou de forma a prejudicar o combate a pandemia (OGLOBO, 2021). O novo ministro das Relações

Exteriores já demonstrou uma postura diferente de Araújo; seu discurso de posse está apoiado em fundamentos da tradicional política externa brasileira de universalismo e cooperação internacional.

Portanto, caberá ao novo ministro, após a saída do Estado brasileiro da crise sanitária devido a pandemia Covid-19, resgatar neste curto prazo de governo o cenário da Política Externa e de prestígio nacional entregue pelo antecessor de Bolsonaro, para que o próximo governo eleito tenha condições favoráveis no cenário regional e internacional de continuar o desenvolvimento da política Sul-atlântica por meio da política externa brasileira.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. **A Grande Estratégia: Discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília: Funag, 2016. 398 p.

_____. A política de defesa de um país pacífico (2012). In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; FARIAS, Rogério de Souza (Org.). **A PALAVRA DOS CHANCELERES NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1952-2012)**. Brasília: Funag, 2018. p. 725-738.

_____. **Apresentação do ministério da defesa**. 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes02/dialogo.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **Apresentação do ministro de Estado das relações exteriores, embaixador Ernesto Araújo, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal**. 2019. Disponível em: <http://funag.gov.br/images/Nova_politica_externa/apresentacao_senado.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

_____. **Palestra Do Ministro Das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, No Ministério Das Relações Exteriores De Angola**. 2019. Disponível em: <http://funag.gov.br/images/Nova_politica_externa/NPE_ANGOLA.pdf>. Acesso

em: 18 jan. 2021.

_____. Trump e o Ocidente. In: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. **Cadernos de Política Exterior**. 6. ed. Brasília: Funag, 2017. p. 323-357.

_____. **Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo, Na XXIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP**. 2019. Disponível em: http://www.funag.gov.br/images/Nova_politica_externa/CPLP_NPE.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

BBC. **1 ano de governo Bolsonaro: 6 momentos-chave que revelam guinada na política externa brasileira**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50760533>. Acesso em: 15 jan. 2021.

_____. **Sob Bolsonaro e Fernandez, Brasil e Argentina vivem maior afastamento em 35 anos**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53215350>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. (2016a) **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

_____. (2016b) **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p.133-151, dez. 2014.

CNI. **Comércio marítimo resiste até março, mas é preciso garantir operações para enfrentar covid-**

19. 2020. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/infraestrutura/comercio-maritimo-resiste-no-trimestre-mas-e-preciso-garantir-operacoes-para-enfrentar-pandemia/>. Acesso em: 12 abr. 2021

DW. **Com Bolsonaro, Brasil perde ainda mais influência mundial**. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/an%C3%A1lise-com-bolsonaro-brasil-perde-ainda-mais-influ%C3%A2ncia-mundial/a-48774548>. Acesso em: 15 jan. 2021.

EBC. **Base de submarinos da Marinha reduz ritmo de trabalho por corte de gastos**. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/ajustes-reduzem-ritmo-de-trabalho-na-base-de-submarinos-da-marinha-em-itaguai>. Acesso em: 13 jan. 2021.

EXAME. **EXAME/IDEIA: aprovação de Bolsonaro despenca de 37% para 26**. 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/exame-ideia-aprovacao-de-bolsonaro-despenca-de-37-para-26/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **França tenta vender submarino ao Brasil**. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1812200815.htm>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FREIXO, Adriano de. As relações exteriores – Bolsonaro, 100 dias. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo. abr. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-relacoes-exteriores-bolsonaro-100-dias/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

G1. (2019a). **Voto do Brasil a favor do embargo a Cuba é 'quebra de paradigma', diz Ernesto Araújo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/08/voto-do-brasil-a-favor-do-embargo-a-cuba-e-quebra-de-paradigma-diz-ernesto-araujo.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2021.

_____. (2019b). **Declarações de Paulo Guedes sobre Mercosul surpreendem membros do bloco**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/>

noticia/2018/10/30/declaracoes-de-paulo-guedes-sobre-mercosul-surpreendem-membros-do-bloco.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2021.

_____. (2019c). **Brasil informa à ONU que vai deixar Pacto de Migração**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/08/brasil-informa-a-onu-que-vai-deixar-pacto-de-migracao.ghtml>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

_____. **Ministério da Defesa anuncia saída dos comandantes das três Forças Armadas**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/30/ministerio-da-defesa-anuncia-saida-dos-comandantes-das-tres-forcas-armadas.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. A política brasileira para o Atlântico Sul: uma visão paradigmática. I **Seminário Internacional de Ciência Política**, Porto Alegre, set. 2015.

ITAMARATY. **Viagens do Ministro das Relações Exteriores**. 2021. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/viagens-do-ministro-das-relacoes-exteriores>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

_____. **Viagens Presidenciais**. 2021. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/viagens-do-presidente-da-republica>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MARINHA DO BRASIL. **Amazônia Azul: A Última Fronteira**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2013. 224 p.

HUNTINGTON, Samuel. **The Lonely Superpower**. 1999. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1999-03-01/lonely-superpower>. Acesso em: 12 abr. 2021.

INEEP. **Após quatro décadas, Petrobras encerra atividades no continente africano**. Disponível em: <https://ineep.org.br/apos-quatro-decadas>

petrobras-encerra-atividades-no-continente-africano/. Acesso em: 12 abr. 2021.

MDIC. **Exportação e Importação Geral**. 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MILHORANCE, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 2, p.5-22, dez. 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Desempenho orçamentário**. 2021. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/orcamento>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ONUF, Nicholas; KUBÁLKOVÁ, Vendulka; KOWERT, Paul. **International Relations in a Constructed World**. New York: M. E. Sharpe, 1998.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre de Ávila; AMARAL, Lucas Alves. A Revitalização Da Indústria Naval No Brasil Democrático. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Ed.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014. p. 187-212.

PODER NAVAL. **Lançamento do Submarino Riachuelo – S40**. 2018. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2018/12/14/lancamento-do-submarino-riachuelo-s40/>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

POLÍTICA LIVRE. **Itamaraty fecha postos no Caribe e na África**. 2020. Disponível em: <<https://politicalivre.com.br/2020/01/itamaraty-fecha-postos-no-caribe-e-na-africa/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **DEFESA NACIONAL**. 2021. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/05-defesa-nacional?ano=2019>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África Parceira do Brasil Atlântico: Relações Internacionais do Brasil e da África no Início do Século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 168 p.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 44, p.25-35, dez. 2014.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz; SILVA, André Luiz Reis da. Castigo sem crime? raízes domésticas e implicações internacionais da crise brasileira. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 7, n. 35, p.4-14, maio 2016.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47 - Journal Of Global Studies**, [S.L.], v. 20, p. 1-16, 13 dez. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Itamaraty: crise na política externa ou disputa interna? **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, n. 165, nov. 2013. Disponível em: <http://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_165_-_novembro_2013/10>. Acesso em: 13 jan. 2021.

_____. O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010). **Iberoamérica**, Moscou, v. 63, n. 4, p.56-68, dez. 2011. Disponível em: <http://www.ilaran.ru/pdf/2011/Iberoamerica/IbA_2011_4/Visentini.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ANEXOS

Quadro 1: Evolução do orçamento de setores referentes à Marinha do Brasil (em bilhões de reais).

	Defesa Naval	Amazul	Itaguaí	EMGEPRON
2016	1.418	0.019	Não informado	0.1578
2017	2.355	0.292	0.264	Não informado
2018	4.919	0.317	0.570	2.655

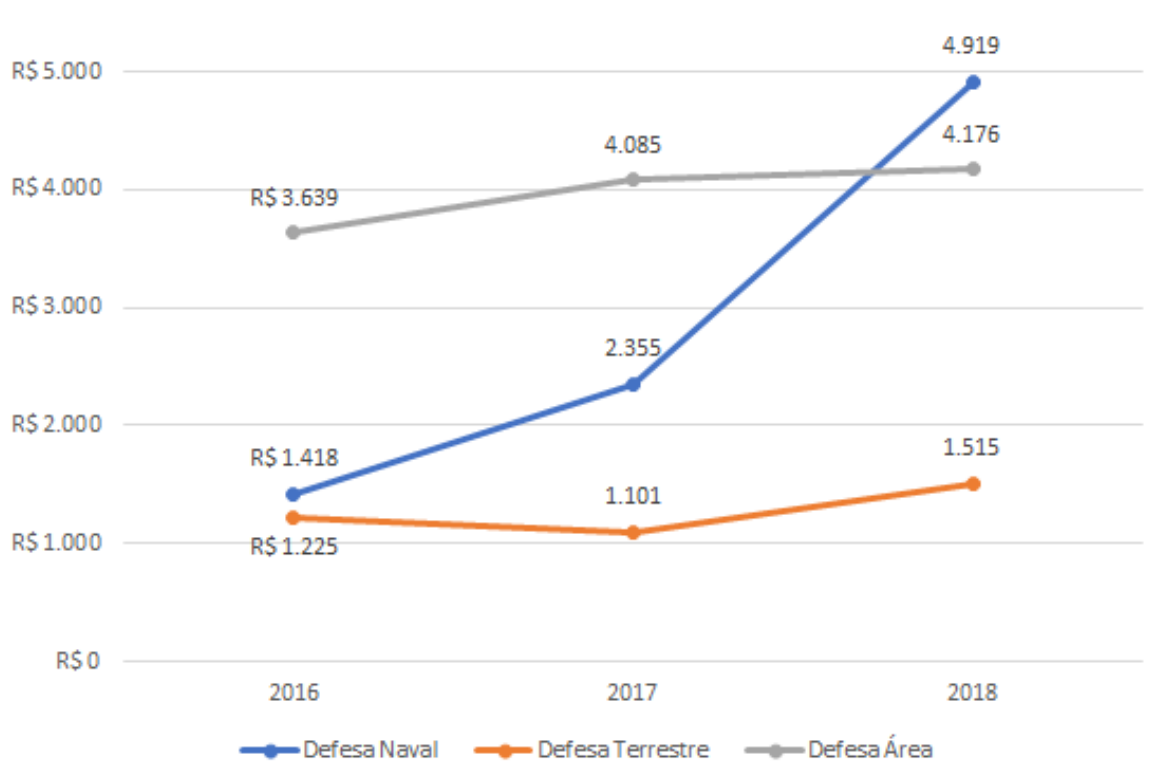
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados obtidos no portal da transparência, 2021.

Quadro 2: Comparação das concepções entre a Política Nacional de Defesa de 2016 e 2020.

	2016	2021
I	privilegiar a solução pacífica das controvérsias;	manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais [...]
II	apoiar o multilateralismo no âmbito das relações internacionais;	buscar a regularidade orçamentária-financeira para o Setor de Defesa [...]
III	atuar sob a égide de organismos internacionais,	promover a participação da mobilização nacional em prol da Defesa Nacional [...]
IV	repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados	buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação [...]
V	participar de organismos internacionais [...]	priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual [...]
VI	participar de operações internacionais [...]	promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País [...]
VII	apoiar as iniciativas nucleares [...], nos termos do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, ressalvando o direito ao uso da tecnologia para fins pacíficos;	defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados [...]
VII	sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos,	sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos [...]
IX	promover o intercâmbio com países de maior interesse estratégico no campo de defesa;	atuar sob a égide de organismos internacionais [...]

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da PND 2016 e PND 2020, 2021.

Gráfico 1: Evolução do orçamento, em bilhões de reais, da defesa no período Temer (2016-2018)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos no portal da transparência, 2021.